

# Impactos da internacionalização da educação superior na docência universitária: construindo a cidadania global por meio do currículo globalizado e das competências interculturais

Marilia Morosini

Elisa Ustárroz

35

---

## Resumo

A internacionalização da educação tem sido um dos mais importantes fatores de impacto da educação superior e, especificamente, da docência universitária. Embora inerente à instituição universitária e tradicionalmente acolhida na função pesquisa, a partir deste século, no bojo da sociedade do conhecimento e da globalização, a internacionalização se direciona para a função ensino e para todo seu arcabouço constitutivo. Logo, a docência universitária passa a se constituir num contexto de afirmação de critérios de qualidade e da internacionalização, cuja inserção nos diferentes níveis de políticas objetiva a construção da cidadania global, mediante currículo internacionalizado e desenvolvimento de competências interculturais. O presente artigo, nesse sentido, tem como foco o desafio de construir a cidadania global por meio da docência.

Palavras-chave: docência, educação superior, internacionalização, cidadania global, currículo internacionalizado, competências interculturais.

---

## **Abstract**

### ***Impacts of the internationalization of higher education upon teaching: building the global citizenship through the internationalized curriculum and the development of intercultural competencies***

*The internationalization of education has been one of the most important factors that impacts higher education and, specifically, teaching. Although inherent to the university institution and traditionally embraced by research, in this century, within the knowledge society and the globalization, the internationalization is directed to teaching and its constituent framework. Therefore, teaching in higher education has been developed in a context of the affirmation of quality criteria and internationalization, whose insertion in the various levels of policies aims at the construction of a global citizenship through the internationalized curriculum and the development of intercultural competencies. This article, in this sense, is focused on the challenge of building the global citizenship through teaching.*

*Keywords: teaching; higher education; internationalization; global citizenship; international curriculum; intercultural competences.*

---

## **Introdução**

As últimas décadas caracterizaram-se pela expansão da educação superior, processo fortemente marcado por fatores como a democratização, a privatização e a internacionalização. Como outra face de uma mesma moeda, três relevantes fatores também se projetam sobre o atual contexto da educação superior: a diversificação, a mercantilização e a estandardização (Ustárroz, 2016). Embora não sejam os únicos fatores que impactaram os sistemas educacionais terciários no Brasil e no mundo, possivelmente, são aqueles que levantam os maiores desafios, sobretudo quando pensamos a afirmação da qualidade (Morosini, 2014). Qualquer reflexão acerca da educação superior deve ser pensada a partir desse contexto. Não é diferente no que se refere à docência universitária.

Neste artigo pretende-se focalizar, especificamente, o fator internacionalização. E a partir dessa perspectiva, refletiremos sobre um dos grandes desafios por ela endereçado à docência universitária: a construção da cidadania global com a preservação das especificidades locais.

Não há mais sentido na formação de profissionais e cidadãos para inserção exclusivamente local, haja vista que, no contexto da globalização, as experiências contemporâneas – de vida e laborais – extrapolam os contornos locais (Wächter, 2000). Afirma-se que a universidade precisa oportunizar o desenvolvimento de qualificações internacionais e também de competências interculturais a todos os estudantes, para que eles possam colaborar no enfrentamento dos desafios globais

existentes e emergentes, assumindo uma identidade coletiva que transcenda as diferenças individuais; afinal, o bem-estar local também depende do bem-estar global (Unesco, 2015).

### **Impactos da internacionalização na qualidade da educação superior**

A internacionalização da educação superior é inerente ao ente universitário. A pesquisa sempre teve como pano de fundo o conhecimento alimentado pela mobilidade entre os acadêmicos, e as parcerias internacionais sempre foram buscadas como fator positivo ao desenvolvimento da instituição universitária. Entretanto, o processo de internacionalização da educação, iniciado no final do século 20, na esteira da afirmativa da globalização, impactou fortemente os sistemas educacionais nacionais, em todos os seus níveis, à medida que foi estendido ao ensino e a todo seu arcabouço constitutivo, desde estudantes, professores e instituições até a necessidade de circulação de títulos e diplomas. Nesse contexto, buscou-se estabelecer garantias de qualidade estandardizadas e passou-se a promover tensões entre imperativos nacionais e internacionais (Altbach, 2008). Desde a globalização, gradualmente, foi sendo constituído um lócus internacional para a discussão dos assuntos educacionais, de modo que tudo aquilo referente à educação e a sua adaptação às novas realidades passaria a ser discutido globalmente. Conforme observa Wächter (2000), os efeitos da globalização diminuiram a margem de manobra dos governos, os quais, efetivamente, perderam poder. O local passou a sofrer impacto do global, e os governos passaram a ver suas políticas educacionais determinadas por exigências externas, para além das internas.

No âmbito da educação superior, Ball (2014) identifica a existência de um novo acordo político global, com a inserção de hábitos de produção privados, o desenvolvimento de sensibilidades comerciais e a presença de uma moral utilitária. Tais características decorrem da influência, em grande medida, de organismos multilaterais, tais quais a Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a Unesco, o Banco Mundial, entre outros. No que diz respeito à internacionalização, esses organismos têm formatado uma agenda fortemente influenciada pelos imperativos econômicos e do mercado global (Robson, 2011).

Visto sob esse ângulo, o processo de internacionalização da educação superior poderia soar um tanto quanto negativo, mas essa é apenas uma de suas dimensões. O processo de internacionalização é mais amplo do que a circulação e a imposição das ideias acerca dos sistemas e políticas educacionais, envolvendo também a mobilidade entre as comunidades acadêmicas – discentes, docentes e pesquisadores –, a colaboração por intermédio de redes de pesquisas e parcerias internacionais, o compartilhamento de descobertas, experiências e avanços científicos por meio das publicações internacionais, a transferência de conhecimento, a reconfiguração e a flexibilização dos currículos, a construção da cidadania global, entre outras dimensões (Robson, 2011). Para todos os atores do processo educacional, abre-se esse lócus

global de debate e de oportunidades. A internacionalização da educação superior, em algumas de suas dimensões, representaria ganhos inatingíveis se os sistemas educacionais permanecessem fechados em si mesmos.

Tal percepção levou as instituições de ensino superior (IES) a assumirem rapidamente as estratégias de internacionalização como as melhores alternativas para sua própria sobrevivência em um ambiente caracterizado pela recessão econômica e pela competição. A grande questão que se coloca, entretanto, é como os sistemas educacionais e as próprias IES podem equilibrar os prós e os contras dos processos de internacionalização, maximizando os ganhos e as oportunidades, de modo que sejam sistêmicos e não restritos a experiências individuais (Laus, Morosini, 2005; Leask, 2010).

O caminho possível para que isso ocorra passa pelo comprometimento com a busca da qualidade. As IES, orientadas pelas políticas e diretrizes dos governos e dos organismos multilaterais e pelas exigências da sociedade civil, competem na busca pelos padrões de excelência no exercício das funções que realizam a missão por si assumida. Em meio à internacionalização, a pesquisa, o ensino e a extensão precisam ser orientados por valores de excelência.

A qualidade aplicada aos sistemas universitários, conforme aclara Morosini (2008, p. 265):

corresponde a um conceito de construção social, local e internacional; pressupõe acordo entre atores; indicadores podem ser resultantes de processos de negociação. Qualidade e excelência podem se definir pelo conceito e pela missão das universidades. A representação social da qualidade, apesar de local, precisa do olhar dos atores externos e da comparação internacional.

Também, e especialmente, no domínio da qualidade projetam-se, portanto, as tensões entre o global e o local; e o Estado assume o papel de garanti-la, cobrando a excelência no planejamento, nos meios e nos resultados, mediante a prestação de contas e a boa governança das IES, sejam elas particulares ou públicas.

Por ser uma ideia dinâmica e que deve se adaptar tanto ao contexto macro – global – como ao contexto particular – local –, a conotação axiológica inerente à qualidade permitiu que diferentes ideias fossem afirmadas, as quais foram sintetizadas em três concepções principais: qualidade isomórfica; qualidade com respeito à especificidade; e qualidade como equidade. Os valores que sustentam tais concepções correspondem, respectivamente, à padronização de processos e avaliações e à empregabilidade; ao respeito à diversidade e às especificidades regionais; e à equidade, alicerçada em princípios de justiça social e inclusão (Morosini, 2001, 2014). Embora diferentes concepções de qualidade possam ser adotadas, não se pode desconsiderar que o conhecimento passou a ser um bem diretamente associado ao desenvolvimento humano, social e econômico, condicionando, inclusive, as possibilidades de progresso dos diferentes Estados (Unesco, 1998). Também não se pode desconsiderar que a produção do conhecimento assumida como determinante para esse desenvolvimento vincula-se à inovação. No bojo da sociedade do conhecimento, portanto, inovação se constitui em atributo essencial da educação terciária de qualidade.

No intuito de assegurar esse atributo, os sistemas de garantia e avaliação da qualidade sobrevalorizaram o desempenho das IES em atividades de pesquisa, as quais, supostamente, estão diretamente relacionadas à produção de novos conhecimentos, relegando a segundo plano a qualidade dos processos de ensino. Como consequência, criou-se uma cultura institucional de valorização da pesquisa em detrimento das demais funções universitárias, e o prestígio institucional associado à pesquisa foi transposto às próprias atividades docentes. Ser pesquisador tornou-se mais importante do que ser professor. Não obstante, diante das crescentes necessidades de se educar para a cidadania global e de oferecer uma experiência universitária internacional a todos os estudantes – e não só àquele grupo minoritário que tem condições de participar de programas de mobilidade acadêmica –, é necessário que as políticas educacionais, as estratégias institucionais e as práticas docentes sejam comprometidas com o processo de internacionalização também em suas atividades de ensino. Elas precisam contribuir para a construção de um sentido de cidadania global, por meio da concretização de uma concepção de currículo globalizado e do desenvolvimento de competências interculturais. Definitivamente, a internacionalização passou a endereçar desafios também à função de ensino e, por conseguinte, à docência universitária.

### **Desafios endereçados pela internacionalização da educação superior à docência universitária: a construção da cidadania global**

Em substituição a uma agenda de internacionalização orientada pelos imperativos econômicos e de mercado que ditam diretrizes a serem seguidas em todos os níveis das políticas educacionais, Haug (2010) e Robson (2011) sustentam a possibilidade de ser construída uma agenda transformativa para a internacionalização, a qual pressupõe uma abordagem inclusiva e de enriquecimento, baseada na diversidade cultural, capaz de promover valores ligados ao entendimento, ao respeito e à tolerância. Para tanto, as comunidades acadêmicas precisam assumir uma posição mais ativa na formulação e concretização das políticas, das estratégias e das práticas de internacionalização. Em vez de acriticamente responder às exigências externas, envidando esforços para além de suas possibilidades no intuito de atender aos padrões preestabelecidos, é preciso refletir sobre a cidadania global, tendo como base as especificidades culturais e as necessidades socioeconômicas do contexto educacional em que se está inserido, buscando afirmar que os processos de internacionalização da educação superior também respondem a uma responsabilidade social. Um ensino de qualidade, no contexto da internacionalização, é um ensino que assume essa responsabilidade social.

Para a Unesco (2015), a educação para a cidadania global pode ser concretizada de diferentes formas, a depender do contexto de sua aplicação. Contudo, existem alguns elementos comuns relacionados a fomentar, nos alunos,

- uma atitude apoiada por um entendimento de múltiplos níveis de identidade e o potencial para uma identidade coletiva que transcenda diferenças individuais culturais, religiosas, étnicas ou outras;

- um conhecimento profundo de questões globais e valores universais como justiça, igualdade, dignidade e respeito;
- habilidades cognitivas para pensar de forma crítica, sistêmica e criativa, incluindo a adoção de uma abordagem de multiperspectivas que reconheça as diferentes dimensões, perspectivas e ângulos das questões;
- habilidades não cognitivas, incluindo habilidades sociais, como empatia e resolução de conflitos, habilidades de comunicação e aptidões de construção de redes (*networking*) e de interação com pessoas com diferentes experiências, origens, culturas e perspectivas; e
- capacidades comportamentais para agir de forma colaborativa e responsável a fim de encontrar soluções globais para desafios globais, bem como para lutar pelo bem coletivo. (Unesco, 2015, p. 9).

Sugeriremos dois vetores para nortear as ações para o cumprimento dessa responsabilidade social ligada à educação para a cidadania global, que se projetam sobre a docência universitária: a concepção de um currículo internacionalizado e o desenvolvimento de competências interculturais. Esses dois vetores, como veremos, merecem ser articulados no processo de ensino.

A concepção de um currículo internacionalizado é um dos pilares de sustentação da tentativa de que todos os estudantes, imersos no ambiente da globalização, possam se beneficiar do processo de internacionalização da educação superior, independentemente da possibilidade de participarem de programas de mobilidade acadêmica (Morosini; Nascimento, 2015). Nesse sentido, enquadra-se naquilo que tem se convencionado chamar de *internationalisation at home* (Crowther et al., 2000) – internacionalização em casa –, ou seja, naquele conjunto de atividades relacionadas à internacionalização que não se ligam à mobilidade internacional acadêmica (Wächter, 2000).

Conforme definição da OECD (1996), um currículo com orientação para a internacionalização é desenhado para alunos locais e estrangeiros, focando na preparação de estudantes para atuarem profissional e socialmente em um contexto internacional e multicultural. A OECD e o Centre for Educational Research and Innovation (Ceri) realizaram uma pesquisa em instituições de ensino superior de seis países integrantes da Organização, que constatou a seguinte tipologia dos currículos internacionalizados:

*Type 1 – Curricula with international subject matter (eg international relations, European law);*

*Type 2 – Curricula in which the traditional/original subject area is broadened by an internationally comparative approach (eg international comparative education);*

*Type 3 – Curricula which prepare students for international professions (eg international business administration);*

*Type 4 – Curricula in foreign languages or linguistics which explicitly address cross-cultural communication issues and provide training in intercultural skills;*

*Type 5 – Interdisciplinary programmes such as area and regional studies (eg European, Scandinavian, Asian studies);*

*Type 6 – Curricula leading to internationally recognized professional qualifications;*

*Type 7 – Curricula leading to joint or double degrees;*

*Type 8 – Curricula of which compulsory parts are offered at institutions abroad, taught by local academics;*

*Type 9 – Curricula in which the content is especially designed for foreign students. (Nilsson, 2000, p. 22).*

Por meio de um currículo internacionalizado, é possibilitada a todos os alunos a abertura à diversidade cultural e às questões globais, ampliando a capacidade de entendimento, respeito e tolerância com o diferente (Crowther et al., 2000), condição indispensável para a construção da cidadania global (Unesco, 2015).

A quem interessaria um currículo internacionalizado? A qualquer sociedade democrática contemporânea, já que a diversidade e interdependência provavelmente são as principais características da contemporaneidade. Estar aberto à diferença e sobre ela aprender é determinante para o êxito das e nas sociedades democráticas. Diferenças de nacionalidade, etnia, gênero, condições socioeconômicas, entre outras, se projetam sobre as relações estabelecidas entre os membros de uma sociedade e precisam ser equacionadas.

Otten (2000, p. 16) define cultura como “um padrão de ações invisível compartilhado entre as pessoas para que elas possam interagir com sucesso” (tradução livre). Composto por símbolos, conhecimentos, normas e crenças, esse padrão é aprendido pela socialização e inscrito em nossas mentes, constituindo uma lente por meio da qual interpretamos o mundo e orientamos os nossos comportamentos sociais (Otten, 2000). Em um mundo global e marcado pelas diferenças, é fundamental que tenhamos consciência do nosso padrão e que possamos nos abrir e compreender padrões diferentes do nosso. Para isso, faz-se necessário o desenvolvimento de competências interculturais ou, como denominam alguns autores, uma sensibilidade intercultural.

Sendo a educação, como ensina Charlot (2006), um triplo processo – humanizador, socializador e singularizador-subjetivador –, cabe a ela, no marco da internacionalização e de uma sociedade global, preparar os sujeitos para nela conviverem com êxito, ou seja, capacitar os alunos para a abertura à diversidade cultural. Isso faz com que seja necessário que os sistemas educacionais, as instituições e os indivíduos envolvidos nos processos educacionais reflitam com a devida seriedade sobre os desafios, as oportunidades e os benefícios decorrentes de um currículo internacionalizado. A concretização desse currículo, que tem como um dos principais objetivos de aprendizagem o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes voltados a uma interação positiva e efetiva entre os membros de diferentes culturas (Otten, 2000), depende da articulação dos diferentes níveis – políticas governamentais, estratégias institucionais e práticas docentes – para que sejam produzidas as condições necessárias para um ensino assim orientado.

Importa observar que, frequentemente, um currículo internacionalizado está associado à oferta de disciplinas de línguas estrangeiras para estudantes locais, disciplinas de língua nativa para estudantes estrangeiros ou de disciplinas ministradas

em outras línguas estrangeiras – sobretudo em inglês –, porém, essa estratégia não garante por si só a internacionalização do currículo. O conhecimento de outros idiomas pode ser importante para a aquisição de competências interculturais e para a ampliação do entendimento de outras culturas, mas apenas isso não é suficiente. A construção de um currículo com esse perfil foca nos objetivos de aprendizagem, os quais direcionam as competências que os estudantes precisam desenvolver para se tornarem profissionais e cidadãos em ambientes marcados por diferenças culturais próprias de uma sociedade global interdependente e em constante transformação.

Para Nilsson (2000), um currículo internacionalizado incorpora perspectivas internacionais e interculturais e, também, precisa incorporar o que denomina de objetivos cognitivos e objetivos atitudinais. Os primeiros favoreceriam o desenvolvimento das competências internacionais dos estudantes, por meio de saberes internacionalizados (por exemplo: línguas estrangeiras, características sociais e econômicas das diferentes regiões, direitos humanos, direito internacional, sustentabilidade etc.); já os segundos estimulariam o desenvolvimento das competências interculturais, por meio da ampliação do entendimento da diversidade de culturas, valores e visões de mundo. Não é diferente a concepção da Unesco (2015), ao destacar que conhecimentos, habilidades e atitudes voltados para o engajamento e para a empatia precisam ser tomados como objetivos de uma educação para a cidadania global.

Cada uma das disciplinas deve ser desenhada incorporando assuntos e temas internacionais ao seu conteúdo programático, bem como situações que façam os alunos atuarem diante da diversidade, a fim de permitir que compreendam valores e pontos de vistas existentes para além daqueles de sua própria cultura e desenvolvam as competências interculturais requeridas no contexto atual. Desde os projetos pedagógicos do curso até os planos de aula, é necessário alinhamento e comprometimento com essa visão global e inclusiva.

É importante que as estratégias e ações pensadas e executadas no âmbito da função ensino não apenas se dirijam aos estudantes estrangeiros ou aos estudantes locais, mas também envolvam o corpo docente e o *staff* administrativo das universidades. No âmbito da função de extensão, ao se projetar para além dos muros da universidade, alcançando a sociedade, estimula-se a aceitação social do diferente, contribuindo para a superação da ideia de que a diversidade cultural é uma ameaça à cultura local (Otten, 2000).

As competências referidas, na perspectiva da docência universitária, se imbricam com as já destacadas por Goergen (2000) para o educador na atualidade:

- a) competência para lidar com o provisório, mantendo a perspectiva crítica e autocrítica;
- b) competência rejeitiva, para compreender a qualidade do parcial a partir de uma dimensão global;
- c) competência comunicativa de inserção no espaço da pólis, do bem público;
- d) competência sensitiva e ecológica, para reencontrarmos as faces perdidas do humano, do lúdico, do imaginário e do poético.



## Considerações finais

Buscou-se discutir impactos da internacionalização da educação superior na docência universitária, tendo como foco a construção da cidadania global, por meio do currículo globalizado e de competências interculturais. O estudo partiu das influências de organismos multilaterais sobre a educação superior, na perspectiva da educação global, segundo a qual o conceito de qualidade e as garantias dessa qualidade são consideradas como principais critérios para a internacionalização. Numa segunda abordagem, houve foco nos desafios endereçados pela internacionalização à docência, destacando-se possibilidades de um equilíbrio entre padrões pré-estabelecidos, especificidades culturais e necessidades socioeconômicas do contexto educacional. Com isso, buscou-se afirmar que os processos de internacionalização da educação superior respondem a uma responsabilidade social.

A docência universitária se constitui nessa imbricação global norte e global sul, onde as regras do global norte parecem as únicas corretas e os desafios do global sul estão expandidos diante de um processo sócio-histórico não equitativo. As políticas públicas, neste início do século 21, lançam seu olhar sobre o ensino e se “calam” sobre o papel específico do docente nesse contexto, mas há um senso comum do compromisso da docência nesse processo. Tal situação coloca nos ombros do docente uma imensa responsabilidade pela formação de gerações universitárias com qualidade. Postula-se como um dos grandes desafios, que cabe à docência, nesse contexto, manter o protagonismo de decisões reflexivas em vez de se constituir em mero executor de políticas globalizantes. Pretende-se afirmar e pôr em marcha uma agenda transformativa para a internacionalização da educação superior, na qual o desempenho da função ensino e da docência universitária merecem muitos cuidados.

Não se pode ter uma atitude ingênua e utópica sobre a docência em contextos internacionalizados, porém, deve-se questionar se há a possibilidade de sonhar em formar, além de profissionais capacitados a exercer a profissão em um mundo globalizado, interdependente e em constante transformação, pessoas abertas ao diferente e generosas em relação aos outros.

## Referências bibliográficas

---

ALTBACH, P. The complex roles of universities in the period of globalization. In: GUNI (Ed.) *Higher education in the world 3: higher education: new challenges and emerging roles for human and social development*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008. p. 30-35.

BALL, S. *Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2014.

CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, jan./abr. 2006.

CROWTHER, P.; JORIS, M.; OTTEN, M.; NILSSON, B; TEEKENS, H.; WÄCHTER, B. *Internationalisation at home: a position paper*. Amsterdam: EAIE, 2000.

GOERGEN, P. Competências docentes na educação do futuro: anotações sobre a formação de professores. *Nuances: Estudos sobre Educação*, Presidente Prudente, SP, v. 6, n. 6, out. 2000. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/88/101>>. Acessado em: 15 jul. 2016.

HAUG, G. La internacionalización de la educación superior: más allá de la movilidad europea. *La Cuestión Universitaria*, Madrid, n. 6, p. 20-29, 2010. Disponível em: <<http://www.lacuestionuniversitaria.upm.es/web/boletin.php>>. Acesso em: 15 maio 2016.

LAUS, S.; MOROSINI, M. C. L Internationalisation de l'enseignement supérieur au Brésil. In: THE WORLD BANK. *L'enseignement supérieur en Amérique Latine: la dimension internationale*. Paris: The World Bank, 2005. p. 117-156.

LEASK, B. Internationalisation of the curriculum in an interconnected world. CROSLING, G.; THOMAS, L.; HEAGNEY, M. (Org.). *Improving student retention in higher education: the role of teaching and learning*. New York: Routledge, 2010.

MOROSINI, M. C. Qualidade da educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 5, n. 9, p. 89-102, ago. 2001.

MOROSINI, M. C. Internacionalização da educação superior. MOROSINI, M. (Ed.). *Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário*. Brasília: Inep, 2006. v. 2, p. 93-161. Disponível em: <[http://www.furb.br/proen/new/docs/Enciclopedia\\_Pedagogia.PDF](http://www.furb.br/proen/new/docs/Enciclopedia_Pedagogia.PDF)>.

MOROSINI, M. C. Internacionalização da educação superior e qualidade. In: AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C. *Inovação e qualidade na universidade*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008.

MOROSINI, M. C. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. *Avaliação*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014.

MOROSINI, M. C.; NASCIMENTO, M. Learning in higher education in internationalized emerging contexts [Aprendizagem na educação superior em contextos emergentes internacionalizados]. In: ENGERS, M. E. A.; MOROSINI, M. C.; FELICETTI, V. L. (Org.). *Educação superior e aprendizagem*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2015. p. 369-385. (Serie Ries/Pronex, n. 5). Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0629-7.pdf>>.

NILSSON, B. Internationalising the curriculum. In: CROWTHER, P. JORIS, M.; OTTEN, M.; NILSSON, B. TEEKENS, H.; WÄCHTER, B. *Internationalisation at home: a position paper*. Amsterdam: EAIE, 2000. p. 21-27.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Internationalising the curriculum in higher education*. Paris: OECD, 1996.

OTTEN, M. Impacts of cultural diversity at home. In: CROWTHER, P.; JORIS, M.; OTTEN, M.; NILSSON, B.; TEEKENS, H.; WÄCHTER, B. *Internationalisation at home: a position paper*. Amsterdam: EAIE, 2000. p. 15-20.

ROBSON, S. Internationalization: a transformative agenda for higher education. *Teachers and Teaching: theory and practice*, Abingdon, v. 17, n. 6, p. 619-630, 2011.

ROBSON, S.; WALL, K.; LOFTHOUSE, R. Raising the profile of innovative teaching in higher education? Reflections on the EquATE Project. *International Journal of Teaching and Learning in Higher Education*, Boston, v. 25, n. 1, p. 92-102, 2013.

WÄCHTER, B. Internationalisation at home: the context. In: CROWTHER, P.; JORIS, M.; OTTEN, M.; NILSSON, B.; TEEKENS, H.; WÄCHTER, B. *Internationalisation at home: a position paper*. Amsterdam: EAIE, 2000. p. 5-13.

UNESCO. *Declaração mundial sobre educação superior no século XXI: visão e ação*. Paris: Unesco, 1998.

UNESCO. *Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI*. Brasília: Unesco, 2015.

USTÁRROZ, Elisa. *Construindo a qualidade da educação jurídica: limites e possibilidades da aprendizagem baseada em problemas*. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2016.

---

Marilia Morosini, pós-doutora pela The University of Texas (Austin) na área de Educação Superior, é professora titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e pesquisadora 1A (CNPq). Coordena o Centro de Estudos em Educação Superior (CEES/PUC-RS) e a Rede Sul-brasileira de Pesquisadores em Educação Superior (Ries).

marilia.morosini@pucrs.br

Elisa Ustárroz, mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e em Direito pela Universidade de Lisboa (UL), é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-RS, na linha de pesquisa Formação, Políticas e Práticas em Educação e bolsista Capes/Prosup. Desenvolve pesquisa sobre Educação Superior e Educação Jurídica.

[elisaustarroz@gmail.com](mailto:elisaustarroz@gmail.com)